



Universidade de Brasília – UNB

Faculdade de Educação – FE

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA

Escola Nacional de Socioeducação – ENS

LAÍS SILVESTRE DOS SANTOS

**A INTERVENÇÃO DO CREAS DE BOCA DA MATA FRENTE A VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Brasília-DF

2022

LAÍS SILVESTRE DOS SANTOS

**A INTERVENÇÃO DO CREAS DE BOCA DA MATA FRENTE A VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente apresentado à Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof.^a M.^a Rafaela Vilarinho Mesquita

Brasília-DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Si SANTOS, Laís Silvestre dos
A INTERVENÇÃO DO CREAS DE BOCA DA MATA FRENTE A
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES / Laís
Silvestre dos Santos ; orientador Rafaela Vilarinho
Mesquita. -- Brasília, 2022.
30 p.

Monografia (Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Violência Sexual. 2. Crianças. 3. Adolescentes. 4.
Profissionais. 5. CREAS. I. Mesquita, Rafaela Vilarinho,
orient. II. Título.

LAÍS SILVESTRE DOS SANTOS

**A INTERVENÇÃO DO CREAS DE BOCA DA MATA FRENTE A VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente apresentado à Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Aprovada em: 13 março de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Rafaela Vilarinho Mesquita
(Orientadora)

Prof.^a Dra. Karla Christina Batista de França
(Examinadora externa)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever a atuação dos profissionais que trabalham no Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Boca da Mata, Alagoas. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória de abordagem qualitativa, realizada através de entrevista semiestruturada com os profissionais do CREAS, onde foram abordadas questões como os desafios da assistência prestada as crianças e adolescentes vítimas da violência sexual. No CREAS, o trabalho é executado junto com as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias. Os profissionais relataram suas experiências vivenciadas nos casos de violência no âmbito familiar e suas consequências na vida de todos os que são afetados por este agravo. Diante do que foi exposto nesta pesquisa, tendo em vista os aspectos apresentados, cada caso é único, uma vez que cada indivíduo tem uma reação ao se deparar com a violência, quanto menores as crianças não costumam entender muito a situação, as vezes naturalizam, pois é algo que já acontece há muito tempo, algum objeto utilizado como troca, fatores que nos deixam cada vez, mais surpresos.

Palavras-chave: Violência sexual, Crianças, Adolescentes, Profissionais, CREAS.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AL	ALAGOAS
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRIA	CRIANÇA ALAGOANA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
MSE	MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
PAEFI	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS
PAIF	PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA
PIA	PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO
PSE	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	11
3 LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RESULTADO	14
3.1 Contexto da pesquisa.....	14
3.2 Estrutura de assistência social.....	14
3.3 O CREAS de Boca da Mata	17
4 CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS.....	24
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	27

1 INTRODUÇÃO

As etapas deste artigo são compostas pela introdução, metodologia, levantamento e análise de dados, resultados de pesquisa, considerações finais e referências. A primeira seção constitui-se como a introdução, que engloba a apresentação geral da pesquisa e do referencial teórico. A segunda seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, sendo ela uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que se utilizou de um roteiro norteador para melhor compilação dos dados a serem analisados. Desse modo, a pesquisa teve a intenção de propor ao leitor um breve entendimento do tema que procura inteirar-se de conhecimentos que facilitem a percepção na hora da leitura.

Em decorrência de estar inserida como assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, surgiu então o interesse pela temática e a construção do objetivo geral para aprofundar a pesquisa, que se encaminhou no sentido de: analisar a intervenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Boca da Mata, Alagoas, frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. E os objetivos específicos: identificar os desafios encontrados nos atendimentos com as crianças e adolescentes que já sofreram violência sexual; e estudar as intervenções profissionais do CREAS diante da complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A relevância deste estudo é de extrema importância na atualidade, pois abordar o tema violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é disfarçado pela nossa sociedade. A violência sexual está voltada para uma perspectiva que deve ser constantemente discutida, pois se torna uma violação de direitos que acarreta inúmeros problemas para a vítima. Dessa forma, por se tratar de um tema muito preocupante e repleto de tabus, surgiu o interesse de abordagem dessa temática. Para a realização deste capítulo, a pesquisa teórica ajudará a constituir o referencial teórico. Foram colhidos dados de autores e pesquisadores que trabalharam com essa realidade, com a finalidade de propor novas compreensões sobre a violência sexual.

A violência é um tema amplo e de bastante relevância, justamente pelo fato de suas consequências afetarem a qualidade de vida dos indivíduos e de sua coletividade (ARAÚJO *et al.*, 2015). Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, a violência sexual é caracterizada como:

Toda ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais no casamento ou em outros relacionamentos, com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros (BRASIL, 2018, p. 17).

Nos termos da lei, a violência sexual é entendida como qualquer ato de coagir uma criança ou jovem a praticar ou presenciar relação sexual ou qualquer outro ato indecente, incluindo exposição eletrônica ou não, e a divulgação do corpo em foto ou vídeo, atos que poderão trazer constrangimentos para a vida. Do ponto de vista da legislação brasileira, foi aprovada a Lei nº 13.431/2017, que institui um sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, o qual aborda diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes.

Esses fatos estão dentro da realidade que a equipe multidisciplinar enfrenta diariamente, casos e relatos diferenciados que exigem estratégias para intervir e notificar qual o tipo de violência ocorreu. Além disso, é preciso destacar a violência intrafamiliar, tendo em vista que a família deve ser o porto seguro para crianças e jovens, proporcionando um ambiente confortável e seguro. Portanto, a violência intrafamiliar:

É um problema social que atinge pessoas de diferentes classes sociais, credos, raças, idades e grau de escolaridade, prejudicando o seu bem-estar e implicando em graves repercussões físicas e emocionais. Atos de violência no âmbito familiar têm sido reconhecidos como eventos muito mais corriqueiros do que se supõe, atingindo principalmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência (PACHECO; MALGARIM, 2011, p. 546).

A família é uma entidade em constantes mudanças. Sua origem advém dos primórdios da humanidade. Porém, coube ao Estado instituir normas de reconhecimento para adequar a realidade interposta aos padrões atuais. É considerada uma instituição social, descrita como o primeiro núcleo social pelo qual as relações interpessoais se estreitam, criando-se laços de afinidade e mútua assistência entre os entes.

É a família que vai ensinar as regras de convivência e preparar para o mundo lá fora, pois é a partir desse processo de construção que surgem as relações afetivas. E ultimamente neste período pandêmico para algumas crianças e adolescentes, o ambiente doméstico infelizmente tem sido um lugar de risco.

Assim, o apoio social tem sido uma estratégia importante para o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva:

A rede de apoio social é definida como o conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento existentes e percebidos pela criança. Recentemente, foi agregado o elemento afetivo, em função da importância do afeto para a construção e a manutenção do apoio. O apoio social e afetivo tem a perspectiva de que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos (HABIGZANG, 2006, p. 380).

O papel da rede de apoio é iniciar e manter um diálogo aberto para o fortalecimento dos vínculos, e em busca das medidas necessárias para a cessação da violência. O CREAS atua nesse lugar, realizando um importante papel nessa rede. É de suma importância entender que a “ajuda” (intervenção) por parte dos profissionais do CREAS, não está no sentido de caridade, mas, um recurso próprio para que crianças e adolescentes, e suas famílias, saiam de situações de violência e violações de direitos, aceitando os atendimentos e encaminhamentos necessários.

Conforme dispõe a Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais, no caderno de Orientações Técnicas 2011, p. 23. “O CREAS tem o papel de executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e com o sistema judiciário. Os serviços mais comumente ofertados no equipamento são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI)”. Vale ressaltar que a Proteção Social Especial A Proteção Social Especial (PSE).

(...) Organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado. (CREAS,2011, p.17-18).

Sobretudo a PSE dispõe:

(...) por meio de programas, projetos e serviços especializados de caráter continuado, promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos,

afastamento do convívio familiar, dentre outras. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias. (CREAS,2011, p.18).

Diante disso, é de suma importância entender que o atendimento ao CREAS, precisa ser levado em consideração a realidade e a demanda do local, no caso do local da pesquisa, procede da seguinte forma: ao receber a denúncia, ou encaminhamento a vítima será constatada, acolhida e atendida por uma equipe formada por um assistente social e um psicólogo, tudo é feito em sigilo absoluto. Então cada profissional realizará a sua intervenção de acordo com a demanda, e realiza encaminhamentos quando necessário.

[...] é importante mencionar que o trabalho interdisciplinar, base da atuação do CREAS, requer a adoção de estratégias que possibilitem a participação e o compartilhamento de concepções por todos os componentes da equipe. Ao compartilhar diretrizes e princípios, o trabalho interdisciplinar não dilui as competências e atribuições de cada profissional. Nesse sentido, é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS (BRASIL, 2011, p. 54).

Cada mediação deve ser feita com muito cuidado, pois é através daí que cada usuário terá uma segurança de que está sendo assistido e acompanhando por uma equipe multidisciplinar.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa, que de acordo com Gil (2002) “têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Segundo Oliveira (2011, p.11), “São inúmeros os estudos que podem ser classificados neste título sendo uma das características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. Esse tipo de pesquisa foi importante para obter uma visão geral sobre a temática envolvendo a criança, o adolescente e sua respectiva familiar, propiciando uma análise dos dados obtidos a partir da contextualização da realidade que dispõe da dinâmica apreendida na relação dos sujeitos.

Além disso, como salientam Pope e Mays (2005, p. 118),

a pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

A pesquisa empírica foi desenvolvida no Centro de Referência Especializado e Assistência Social que está inserido do município de Boca da Mata no interior de Alagoas. Este serviço funciona 40 horas semanais, e seu órgão gestor é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para realização desse estudo, o procedimento metodológico realizado foi entrevistar os profissionais que atuam frente ao atendimento a crianças e adolescentes que já sofreram violência sexual e seus familiares. Para abordar as análises e resultados foi necessário conhecer a realidade onde vivem as crianças, os adolescentes e suas famílias, assim, nesse momento, foi também importante conhecer as características do município onde a pesquisa foi realizada.

Além da aplicação do questionário, para a fundamentação da pesquisa, foi importante realizar um levantamento documental sobre a estrutura de assistência social, na qual o CREAS do município de Boca da Mata/AL, onde crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas respectivas famílias são acompanhadas, está instituído e atua.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

As entrevistas foram realizadas no próprio CREAS, no campo de atuação dos profissionais, impressas e respondidas no papel, as questões aplicadas pela pesquisadora e Assistente Social. As informações coletadas, deixaram em entendimento mais concreto, e deram direção a pesquisa.

Para uma melhor compreensão, Lukde e André (2008) pontuam, outrossim, que o levantamento documental tem por principal finalidade auxiliar no processo informacional. Desvelando aspectos novos a construção do conhecimento.

O interesse pela pesquisa, partindo da atuação do CREAS no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e de suas famílias, demandou a realização de entrevista semiestruturada com a equipe que está diretamente ligada diariamente ao atendimento e a escuta especializada desses sujeitos, conforme a lei de nº 13.431/2017:

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Para a realização da entrevista, e levantamento de dados foi elaborado um roteiro semiestruturado (Apêndice A) de perguntas que auxiliaram e enriqueceram a pesquisa. Segundo Rudio (1986, p. 114):

A entrevista, é um conjunto de questões, enunciadas como perguntas de forma organizada e sistematizada, tendo como objetivo alcançar, determinadas informações”. Sendo assim, a entrevista é uma forma de levantar dados que contemplem o que for necessário para a pesquisa.

As perguntas da entrevista abordaram a assistência e os desafios dos profissionais frente aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes; a percepção da criança/adolescente sobre a violência sexual e a importância do apoio familiar e social. Vale destacar que:

Em cada demanda que o CREAS recebe existe uma complexidade em cada caso, o que torna-se diferente um do outro, desta maneira, é preciso que se realize estratégias entre os/as profissionais para que os sujeitos sintam-se de maneira acolhida. Diante das complexidades que a instituição recebe, a violência sexual contra crianças e/ou adolescente evidencia-se em uma nova preocupação na demanda, pois é preciso analisar todas as características que estão interligadas ao caso. (SOUZA, 2018, p. 68).

Ainda sobre os participantes, foram selecionados dois profissionais da psicologia e dois do serviço social, que constituem a equipe que atua no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias em um CREAS no município de Boca da Mata, no Estado de Alagoas. É importante destacar que, na equipe de psicologia, um dos profissionais possui pós-graduação em saúde pública, e outro em Psicologia Clínica. Entre os profissionais de serviço social, um possui especialização em Elaboração de Projetos Públicos, privados e do Terceiro Setor, Ludicidade, Psicopedagogia Clínica e Institucional e o outro está em processo de formação de especialização em Garantia dos direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente, e Gestão de Políticas Públicas e Projetos Sociais e se enquadra como pesquisador (a). O tempo de trabalho desses profissionais no serviço é de cerca de 15 anos, concursados, sendo uma assistente social contratada há 2 anos. Os demais profissionais foram excluídos por não desempenharem essas funções.

3 LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RESULTADO

3.1 Contexto da pesquisa

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Boca da Mata pertence a Alagoas, e está localizada na zona da mata distância da capital Maceió é de 74 km, fazendo divisa com diversas cidades, como: Anadia, Atalaia, Campo Alegre, Pilar, São Miguel dos Campos e Maribondo. Encontra-se com a população estimada 27.429 habitantes, baseado em dados de 2021. A área territorial do município é de 193,002km², com densidade demográfica de 138,19hab/km². O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estimado em 2010 é de 0,604, e sua classificação no ranking no Estado de Alagoas é o 14^o lugar.

A renda do município advém dos salários pagos aos trabalhadores pela prefeitura, comércio e agricultura. Após o fechamento da Usina local, a população sofreu bastante, pois permaneceram apenas 15% dos funcionários trabalhando, trazendo pobreza para diversas famílias, sendo que várias precisaram ir embora. A procura pela secretaria de assistência social tem sido constante, pois as famílias buscam o sustento através dos programas sociais. Os índices de violência são bastante alto tanto as cometidas pelo adolescente, como as sofridas por ele.

No âmbito social, a população menos favorecida tem no Programa Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada, o alcance para o atendimento das suas necessidades. Junto a esses programas de distribuição de renda estão ainda outros serviços assistenciais, como: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) -CREAS, Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - CRAS, Programa do Leite (o município é gestor), Casa da Sopa (desativada no momento), CRIA (intersetorial) e Programa Criança Feliz (governo federal).

3.2 Estrutura de assistência social

Faz-se necessário explicar um pouco sobre essa estrutura de assistência social. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social faz parte do órgão gestor que é a Secretaria Municipal de Assistência Social, que está inserida no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A Lei 8.742, de 1993. Aponta que:

A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social.

Fundado em 2005, o SUAS tem o compromisso de romper com a lógica tradicional de ajuda e fragmentação das ações que existiam no início da profissão de Serviço Social, quando ainda não estava inserida na divisão técnica do trabalho, instituído como lei em 2011. O sistema facilita o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços de assistência social básicos e especiais de proteção social.

Segundo salienta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.19), o CREAS constitui-se como:

O serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

É no CREAS que as famílias se sentirão acolhidas, ouvidas e criarão vínculos com a equipe, através das visitas, atendimentos e monitoramentos realizados. Além, de na maioria das vezes a realidade se modificar e trazer grandes avanços.

É importante mencionar que a atenção especializada e a qualificação do atendimento ofertado no CREAS se expressam também por meio da prevenção do agravamento das situações atendidas. A esta prevenção concerne o conjunto de ações desenvolvidas na perspectiva da redução dos efeitos e consequências das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivenciadas pelo indivíduo e famílias atendidos. Nessa direção, porém ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência intrafamiliar ou até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção. (CREAS,2012, p.28).

Poderão ter acesso ao CREAS todos que necessitarem do serviço, criança, adolescente, adolescente em conflito com a lei, mulher, idoso, pessoas com deficiência, em situações de rua, desde que tenha algum direito violado. É uma unidade pública estatal, funciona 40 horas semanais, e está em rede sempre com o sistema de garantia de direitos.

O trabalho realizado no CREAS é caracterizado por uma intensa articulação em rede, especialização e qualificação do atendimento. Os serviços disponibilizados em cada unidade são centralizados na família, com mobilização e participação social, focando nos territórios com maior vulnerabilidade e fazendo com que todos tenham acesso aos direitos socioassistenciais. O objetivo é que haja empoderamento do indivíduo para que possa sair da situação de violação de direito, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários. (CREAS..., 2022, on-line).

Algumas das atribuições diárias da equipe do CREAS são:

- Acolhimento (Lista de acolhimento, Formulário de denúncia de violência, Ficha de identificação, Termo de responsabilidade);
- Preenchimento e atualização de prontuário familiar e individual;
- Atendimento Psicossocial (Análise Psicossocial);
- Visitas domiciliares para análise psicossocial (Relatório de visita domiciliar);
- Encaminhamentos;
- Visitas domiciliares para análise psicossocial solicitados pelo Poder Judiciário; Ministério Público; Conselho Tutelar.
- Acompanhamentos;
- Monitoramentos;
- Relatório de Atividades;
- Estudo Social;
- Trabalho interno;
- Articulação com outras instituições;
- Visitas institucionais crianças e adolescentes; e suas famílias acompanhadas pelo PAEFI;
- Discursões de casos;
- Reuniões internas e externas;
- Realização, quando solicitado pelo Poder Judiciário, de Estudo de Caso sugerindo a autoridade Judiciária a MSE - medida Socioeducativa mais adequada a ser aplicada para a ressocialização do adolescente, levando em consideração, além do ato infracional praticado, as condições familiares, sociais e culturais do adolescente, assim como parecer técnico de acompanhamento do adolescente;
- Elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA;

Além disso, há serviço de encaminhamento e acompanhamento de mulheres, pessoas com deficiência, idosos e sua família para abrigos, Instituições de longa permanência e CRAS. Um exemplo do trabalho desenvolvido é, ao receber o encaminhamento do conselho tutelar ou de qualquer outro órgão, ou até mesmo por meio de demanda espontânea a respeito da incidência deste tipo de violência, buscamos marcar o primeiro atendimento no CREAS ou mesmo realizar uma visita de prévio conhecimento da situação. Em ambos os casos realizamos o acolhimento inicial buscando colher informações sobre o caso e o que já foi feito e em seguida, efetivamos os encaminhamentos necessários. Assim, saúde, educação, benefícios eventuais, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e demais serviços são ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social quando a vítima e sua família são acompanhadas pelo CREAS.

3.3 O CREAS de Boca da Mata

Baseado em pesquisa documental desenvolvida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e através de entrevistas baseadas nas falas e experiências dos profissionais. Foi possível entender que o trabalho executado junto com as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias, no âmbito do CREAS depende necessariamente de encaminhamento realizado pelo Conselho tutelar, do poder Judiciário, Ministério Público, saúde, educação, toda a rede socioassistencial, ou através de denúncias, que requer da equipe multidisciplinar a construção de relatórios, sendo estes impostos a qualquer decisão que venha a ser tomada diante das situações postas, articuladas ao sistema de justiça. O número de atendimentos realizados depende da carga horária dos profissionais, que realizam de 10 a 15 atendimentos semanais, dependendo de suas particularidades.

Conhecer a realidade em que vivem as crianças os adolescentes, traçar estratégias de trabalho e trabalhar a família pode representar grande parte do êxito para o desenvolvimento das ações produzidas, dado que muitas das violações, dos riscos, das frustrações, dos anseios, dos sucessos, das alegrias e da perspectiva de futuro são provenientes desta conjuntura.

Crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos e sua família, ao serem recebidos pelo CREAS, passam por processo de acolhida no qual eles são assistidos por uma equipe interdisciplinar formada por três técnicos de referência: assistente

social, psicólogo e, quando necessário, o advogado. Não necessariamente o acolhimento necessita de toda a equipe técnica, podendo, outrossim, variar de acordo com as necessidades ressaltadas.

O dia a dia expõe a realidade “nua e crua”. A partir do fortalecimento dos vínculos afetivos, fica possível entender o momento vivido por cada um dos adolescentes, facilitando, sobretudo, entender os elementos que estigmatizam esses sujeitos, ora de forma positiva, ora negativa.

Ser positivo ou negativo depende do ponto de vista de quem avalia, devido a alguns fatores, como: dificuldade em disciplinar os filhos, devido à desorientação familiar, a falta do diálogo, a disciplina relaxada, a ausência dos pais, a negligência ou até mesmo a passividade.

Após o reconhecimento da realidade vivenciada pelos adolescentes, o profissional busca evoluir o trabalho, no qual uma nova etapa se inicia. Não desprezando, no entanto, o que foi exposto inicialmente. É práxis, no percurso dos atendimentos e acompanhamentos, em geral, realizar comparações fazendo com que o adolescente entenda sua realidade; o que foi, o que está sendo no presente e a perspectiva de futuro que para muitos não acontece. Necessário se faz vivenciar o presente, de forma intensa. Adentrando ao conhecimento, passamos para uma próxima etapa do acompanhamento.

O parar para escutar o outro condiciona uma maior credibilidade, vez que a cada dia são ressaltadas novas informações que possibilitam aprofundar a realidade, trançando novas perspectivas. A escuta retratada difere do depoimento especial, que se refere à oitiva de crianças e adolescentes com finalidade de produção de provas, como enuncia o art. 22, da Lei 13.431/2017.

A escuta especializada (art. 7º, da Lei 13.431/2017) é peça fundamental, que possibilita uma abordagem individualizada ou mesmo coletiva. A referida escuta, procedida durante os atendimentos, possibilita em síntese reconhecer o adolescente com um sujeito de direito em situação peculiar de desenvolvimento, captando informações necessárias para (re) construção dos seus ideais.

O resgate da memória de momentos importantes possibilita entender a conjuntura vivenciada. Estes podem ser positivos ou mesmo negativos. O difícil em muitas situações é conseguir apaziguar as lacunas abertas no decorrer da vida.

A dinamicidade facultada por meio do reconhecimento da realidade vivenciada possui um significativo valor para o momento da escuta, pois evidencia, muitas vezes,

se o discurso do adolescente e sua família se congregam entre si. Então, saindo do contexto institucional, passamos a ter, através das visitas domiciliares, um maior provimento de como estão contextualizados a dinâmica familiar e o resgate de laços fragilizados, que em alguns casos, em sua maioria não serão reconstruídos.

Em relação aos desafios encontrados nos atendimentos com as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a Profissional 01 de psicologia ressaltou:

“Há necessidade de uma melhor rede de proteção mais mobilizada, para o enfrentamento da violência sexual. Em algumas vezes o profissional passa pelo desgaste físico, mental, e emocional, chegando ao adoecimento. Bastante difícil resgatar a autoestima, a cidadania daquele ser que de forma vulnerável serviu de prazer para alguém, principalmente compreender a complexidade da temática”. (PROFISSIONAL 01)

É importante mencionar que a Profissional 01 se refere às intervenções profissionais, tendo como parâmetros algumas particularidades do contexto social desse público. No momento da intervenção, as diferenças de estruturação, histórico familiar, culturais, socioeconômicas e a natureza do abuso compreendem a singularidade de cada caso, para assim atuar de acordo com a necessidade de cada atendimento.

As crianças e adolescentes por se tratar de menores de idade, veem em seus genitores e cuidadores uma “confiança” entendendo assim que podem confiar nos adultos, isso facilita a aceitação no acompanhamento psicoterapêutico. Além disso, a família precisa entender seu real papel no cuidado com os filhos. Apesar de todo aparato que a família possa dar, existem realidades sociais em que a família muitas vezes tenta negar a situação de violência, pois tem a visão da violência como algo normal.

Nesse sentido, o Profissional 02 relata a experiência de quem vivencia a violência no âmbito familiar e suas consequências na vida de todos os que são afetados por este agravo:

“A violência sexual intrafamiliar tem grande incidência dentro do âmbito familiar, pois o agressor é alguém que na maioria dos casos tem vínculo sanguíneo com a vítima. Esta em muitos casos tem medo, culpa e vergonha em denunciar o agressor diante das ameaças que vivenciam durante o momento do abuso”. (PROFISSIONAL 02)

Já o Profissional 03 relata que:

“A violência sexual na vida de uma criança e adolescente, tem efeitos e consequências negativas e devastadoras sendo: físicas, emocionais, psicológicas, sociais, morais e outras. Passando os mesmos apresentarem no ambiente familiar, medos e inseguranças com as pessoas que convivem. Pois a família é o primeiro lugar onde o indivíduo necessita sentir-se amado, protegido, valorizado e acima de tudo em segurança”.

Uma vez que a família deixa de cumprir seu papel de proteger, sendo seres omissos que prejudicam a integridade física, psicológica e o desenvolvimento saudável de suas crianças e adolescentes, ela passa a deixar de cumprir seu real papel quanto aos cuidados básicos e saudáveis inerentes ao ser humano, e irá responder quanto as suas negligências.

Na maioria dos casos a família não acredita nas vítimas, é preciso abrir os olhos e mostrar que a violência parte de onde menos se espera, comumente por padrastos, pais, irmãos, a mãe pode até não denunciar por medo, ou até mesmo pelo receio de ficar sem o sustento da família. Então, durante os atendimentos, tenta-se desmistificar esse pensamento, para que haja o despertar e as providências sejam tomadas. Podemos mencionar alguns pontos negativos e positivos alcançados mediante as intervenções, relatadas pela Profissional 01.

Positivos: “trabalhar com as vítimas para que os traumas vividos sejam cicatrizados, não levando assim as sequelas para a fase adulta; traçar novas perspectivas de futuro; cessamento da violência e consequentemente punição para os agressores, incentivando-o a necessidade da denúncia, caso não tenha ocorrido prisão em flagrante; fortalecer os vínculos, por ora fragilizados”. Negativos: “Morosidade processual; retalhamento da rede socioassistencial; excesso de burocracia”. (PROFISSIONAL 01)

O Profissional 03 traz bastante indignação em relação aos pontos positivos e negativos mediante aos atendimentos. Um deles ressalta que:

“Trabalhar com as vítimas para que os traumas vividos sejam cicatrizados, não levando assim sequelas para a fase adulta; traçar novas perspectivas de futuro; cessamento da violência e consequentemente punição para os agressores incentivando - o a necessidade da denúncia, caso não tenha ocorrido prisão em flagrante; fortalecer os vínculos por hora fragilizados. Os negativos, estão a morosidade processual; retalhamento da rede socioassistencial; excesso de burocracia”. (PROFISSIONAL 03)

A partir dessa percepção é importante entender que são diversos os impactos causados, desde as questões advindas da sociedade até mesmo o desenvolvimento de problemas psíquicos. O entendimento dos profissionais acaba sendo muito parecido e com muitas indagações a respeito de cada experiência vivenciada.

O conhecimento da dinâmica familiar possibilita entender as expressões trazidas aos atendimentos. Não nos importa, tão somente, os aspectos físicos encontrados na visita domiciliar, mas, toda dinâmica apresentada: a dinâmica familiar, a comunidade no entorno, os relacionamentos, a participação e as particularidades transpostas. Cada criança e adolescente é atendida de forma individualizada, não existindo receitas desenvolvidas.

Cada criança e cada adolescente traz consigo uma história de vida e é através dela que se costuma compreender a dinâmica familiar e acolher os problemas havidos por meio da fragilização ou rompimento das ligações, como histórico de violência, de desestrutura familiar, altos índices de vulnerabilidade social, deficiência das políticas públicas ao atendimento das principais necessidades.

4 CONCLUSÃO

A proposta do referido trabalho foi de demonstrar a importância da intervenção dos profissionais e o acompanhamento da família no processo de reconstrução da criança e do adolescente que teve seu direito violado. Durante todo percurso desenvolvido, foram elencados elementos essenciais para construção dessa perspectiva. Sendo, eles: o processo de escuta especializada, o fortalecimento dos vínculos e laços, o perfil de cada um e a construção de articulações com a rede de proteção; todos trabalhados rotineiramente pelos profissionais durante o acompanhamento do adolescente e sua família.

Diante do que foi exposto, tendo em vista os aspectos apresentados, cada caso é único, uma vez que cada indivíduo tem uma reação ao se deparar com a violência. Quanto menores as crianças, menos entendem a situação, às vezes naturalizando-a, pois é algo que já acontece há muito tempo, algum objeto utilizado como troca, fatores que nos deixam cada vez, mais surpresos. A vigilância do responsável é de suma importância. Porém, quando acontece no ambiente familiar se torna ainda mais difícil. Os desafios encontrados costumam se dar tanto em decorrência da falha do próprio sistema de garantia de direitos, como da família. A incidência de casos é bem maior do que temos conhecimento.

É preciso ressaltar que implementar uma assistência terapêutica contínua junto com a criança, o adolescente e sua família possuem além de avanços (que se constituiu o percurso a ser construído), retrocessos e dificuldades que também estão presentes e que nem sempre estão abertos ao diálogo. É nessa hora que a família passa a ser aliada. As mudanças no estilo de vida de muitos deles parece distante. É necessário, ter coragem para romper as barreiras impostas.

A pesquisa foi também uma peça fundamental para que fosse possível compreender a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Um conjunto de dificuldades foram encontradas, indo assim de uma simples inserção na escola até mesmo a falta do mínimo necessário para sobrevivência. Diferentes níveis de inseguranças sociais e vulnerabilidades foram verificados.

Mesmo diante dessa realidade, das dificuldades encontradas no cotidiano, alcançou-se resultados positivos que nos fazem entender que, enquanto houver esperança, as mudanças poderão ser expressas. Não adianta apenas o profissional

realizar a escuta, construir planos sem a participação do maior interessado. A família constitui-se como peça essencial, capaz de ajudar no processo de transformação.

A vivência nos traz diversas vezes muitas incertezas, pois dependemos de uma rede entrelaçada e cheia de burocracia. A partir da pesquisa, percebe-se que atuar no CREAS é um misto de sensações, desde o aborrecimento, a dificuldade de fazer a família entender o seu real papel, além de ser comparada a uma “montanha russa” pois a vida dos usuários hora está por cima, outra por baixo. Isso deixa os profissionais desmotivados por pensarem que seu trabalho não modifica a realidade, e sim cada pessoa dentro da sua realidade e particularidade.

No decorrer do processo de pesquisa, foi possível perceber que, durante o acompanhamento das crianças, dos adolescentes e suas famílias realizado pelos profissionais pesquisados, foram criados, em linhas gerais, subsídios que possibilitassem o fortalecimento dos vínculos, bem como foi elaborado um planejamento fazendo com que os adolescentes e suas famílias fossem inseridos nas políticas públicas existentes no município, saindo, momentaneamente, da invisibilidade, além do uso de vários instrumentais técnico-operativos, para realização das intervenções profissionais.

Este trabalho também se torna pertinente na medida em que apresenta sugestões para o enfrentamento, rompimento da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes no âmbito intrafamiliar. Enfatizando a fragilidade que a equipe tem se colocado a frente diante dos desafios do âmbito profissional, que outros pesquisadores venham a se debruçar e entender que sem a conversa “cara a cara” não será possível colher dados importantes apenas com a pesquisa documental e qualitativa. A busca por entender qual era a percepção dos profissionais sobre a violência sexual tinha o intuito de transferir os conhecimentos, os saberes e as propriedades que um profissional carrega. Por isso, a entrevista surgiu como uma ferramenta importantíssima para essa troca de saberes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm.

BRASIL. **Lei 8.069/1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

BRASIL. **Lei 13.431/2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Lei **8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: L8742 ([planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contras-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>.

BRASIL. **LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica. NOB – SUAS**. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349606_nob_suas_digital_menor.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>.

CNAS. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013/>.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Artmed, 2021.

DISTRITO FEDERAL. **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)**. Disponível em: <https://www.df.gov.br/servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos-scfv/>.

FARAJ, S. P.; SIQUEIRA; A. C. O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do Creas. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 67-87. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/2097/2357/0>.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HABIGZANG, L. F. et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, p. 379-386, 2006.

HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. **Psicologia USP**, v. 23, p. 395-416, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Boca da Mata. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/boca-da-mata.html>

MANZINE, E. J; **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf p.02.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: E.P.U, 2008. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br>. Acesso em: 06.03.2022.

MELO, E. C. A. C; NOVAIS. I. L. S. Violações de direitos contra crianças e adolescentes e as medidas socioeducativas em meio aberto de L.A. e P.S.C.: uma reflexão do atendimento dos CREAS no Estado de Pernambuco. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/CREAS/Downloads/violacoes-de-direitos-contra-criancas-e-adolescentes-e-as-medidas-socioeducativas-em-meio.pdf>.

OLIVEIRA, M. F. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. **Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO**, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf.

OLIVEIRA. A. R. G. **Integrando Olhares e Práticas no Atendimento Socioeducativo: Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação.** 1. ed. Porto Alegre, 2020.

PACHECO, M. L.; MALGARIM, B. G. Centro de Referência Especializado de Assistência Social: apanhados teóricos sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 2, p. 545-553, 2011.

PLATT, V. B. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1019-1031, 2018.

PORTABILIS. **CREAS: o que é e quais suas atribuições.** Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/creas-o-que/#:~:text=O%20Centro%20de%20Refer%C3%Aancia%20Especializado,os%20v%C3%ADnculos%20familiares%20e%20comunit%C3%A1rios>.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**, 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, B R. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf.

SOUZA, T. M. A Intervenção do Creas frente à violência sexual contra crianças e adolescentes: em foco a realidade de São Borja. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2018. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/3793/1/Tainah%20de%20Melo%20Souza%202018.pdf>.

VIEIRA, M. S. Seção livre: As representações sociais da violência sexual infanto-juvenil em profissionais da política de Assistência Social. **O Social em Questão**, v. 21, n. 42, p. 357-380, 2018. <http://www.planalto.gov.br>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data: __/__/__

Nome:

Cargo:

Carga horária:

Há quanto tempo atua no CREAS:

PERGUNTAS¹

1. Através da sua vivência, quais os desafios encontrados nos atendimentos com as crianças e adolescentes que já sofreram violência sexual?
2. Como vem sendo construídas as intervenções profissionais do CREAS diante da complexidade da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes?
3. Relacionado a questão anterior. Quais os pontos positivos e negativos alcançados mediante as intervenções?
4. Quais os impactos gerados pela violência sexual contra criança e adolescente nas relações familiares?
5. Baseado na questão anterior. Qual o papel da família para lidar com a tal situação?

¹ Entrevista baseada nos estudos de Souza (2018). Disponível em:
<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/3793/1/Tainah%20de%20Melo%20Souza%202018.pdf>